

REDEMOINHOS DE SILÊNCIOS:

Leituras sobre patriarcalismo e violências em “Telhado quebrado com gente morando dentro”, de Jarid Arraes

Duilio Fernandes Vieira

Resumo: Um problema histórico e estrutural que ronda a sociedade é a violência contra a mulher, algo discutido incansavelmente por diversas áreas do conhecimento e que é objeto de estudo deste artigo. Com base no conto “Telhado quebrado com gente morando dentro”, da coletânea *Redemoinho em dia quente*, de Jarid Arraes, nos aprofundamos em algumas estruturas sociais que ocasionam a violência contra mulher. Examinamos aspectos sociais que foram organizados, ao longo de séculos, com o intuito de assegurar a submissão da mulher frente ao homem, assim como as desigualdades instauradas entre ambos. Com isso, abordamos teorias referentes ao patriarcalismo, aos silêncios e às violências, tomando como base pressupostos teóricos de Dubar (2009), Ferreira (2018), Olga (2014), Saffioti (2004), Teles e Melo (2017), entre outros, com o objetivo de entender como essas estruturas nascem e se mantêm, seu contexto de dominação e, sobretudo, como isso ainda é recorrente na sociedade contemporânea, finalizando nas consequências que isso traz à vítima.

Palavras-chave: Patriarcalismo; Silêncio; Violência contra a mulher.

MAELSTRONS OF SILENCES:

Readings about patriarchalism and violence in “Telhado quebrado com gente morando dentro”, by Jarid Arraes

Abstract: A historical and structural problem that surround our society is the violence against women, something tirelessly discussed by several areas of knowledge and in this case, the subject of this article. Based on the tale “Telhado quebrado com gente morando dentro”, from the collection *Redemoinho em dia quente*, by Jarid Arraes, we go deeper in some social structures that results in violence against women. We examine social aspects and organized, during the centuries, with the objective to ensure the submission of women to men, as well as the inequalities between them. Hence, we approach the theory about the patriarchalism, silence and violence, using theoretical assumptions of Dubar (2009), Ferreira (2018), Olga (2014), Saffioti (2004), Teles e Melo (2017) among others, our objective is to understand how this structure are set and maintained, their context of domination and, above all, how this is still recurrent in contemporary society, ending in the consequences brought to the victim.

Keywords: Patriarchalism; Silence; Violence against women.

REMOLINOS DE SILENCIO:

Lecturas sobre patriarcalismo y violencias en “Telhado quebrado com gente morando dentro”, de Jarid Arraes

Resumen: Un problema histórico y estructural que rodea a la sociedad es la violencia contra las mujeres, algo discutido incansablemente por varias áreas del conocimiento y que es el tema de este artículo. Basado en el cuento “Telhado quebrado com gente morando dentro”, de la colección *Redemoinho em dia quente*, de Jarid Arraes, profundizamos en algunas estructuras sociales que causan violencia contra las mujeres. Examinamos los aspectos sociales que se han organizado, a lo largo de los siglos, para garantizar la sumisión de las mujeres a los hombres, así como las desigualdades

estabelecidas entre ellos. Con esto, abordamos teorías referentes al patriarcalismo, los silencios y la violencia, basados en los supuestos teóricos de Dubar (2009), Ferreira (2018), Olga (2014), Saffioti (2004), Teles y Melo (2017), entre otros, para comprender cómo nacen y se mantienen estas estructuras, su contexto de dominación y, sobre todo, cómo esto todavía es recurrente en la sociedad contemporánea, terminando en las consecuencias que esto trae a la víctima.

Palabras clave: Patriarcalismo; Silencio; La violencia contra las mujeres.

INTRODUÇÃO

A luta por igualdade entre homens e mulheres é uma constante em nossa sociedade e a literatura pode representar um aporte substancial para inúmeras reflexões acerca desse embate, a exemplo do que ocorre na coletânea de contos *Redemoinho em dia quente*, de Jarid Arraes, em que a maioria das narrativas perpassa situações cotidianas vivenciadas por mulheres e, neste tocante, vale ressaltar que nos referimos a mulheres independentemente da cor, pois se ainda levamos isso em consideração, a crítica pode ser ainda mais contundente. Alguns contos, em decorrência do tratamento dado ao tema, chamam mais atenção, principalmente os que elevam o sentimento pela busca de igualdade, entre outros que refletem sobre escolhas feitas e as consequências disso para quem as faz.

Jarid Arraes, escritora, cordelista e poeta, se destaca no cenário literário brasileiro contemporâneo, tendo lançado, ainda: *As lendas de Dandara* e *Heroínas negras Brasileiras*. Atualmente, vive em São Paulo, é a criadora do Clube da Escrita para Mulheres e curadora do selo literário Ferina. Ademais, soma em sua carreira como escritora mais de setenta títulos publicados em literatura de cordel e seu perfil literário abarca questões ligadas a críticas sociais, ficção, realismo, entre outros, que entrelaçam o leitor e o leva por caminhos que permitem uma reflexão profunda sobre temas sensíveis à sociedade.

Portanto, com suporte em algumas perspectivas sociológicas, neste artigo serão discutidos temas que rondam o cotidiano de mulheres a partir da análise do conto “Telhado quebrado com gente morando dentro”. Para tanto, serão fundamentais abordagens referentes ao silêncio muitas vezes imposto à mulher, à violência que rodeia as relações entre homens e mulheres e à influência do patriarcalismo na sociedade brasileira.

SOBRE PATRIARCALISMO, VIOLÊNCIAS E SILÊNCIOS

Patriarca, por definição, é o indivíduo que chefia uma família, aquele que merece respeito, obediência ou veneração. Este termo também é usado para expressar questões associadas à religião e, por consequência, para elucidações sociais, pois que família, religião e sociedade são instituições que caminham entrelaçadas. Patriarcalismo tem sua origem na palavra patriarca + ismo, sufixo usado para explicitar uma filosofia, uma ideologia, um movimento social e, até mesmo, uma condição sociocultural considerada média¹. Porém, vamos nos ater somente ao entendimento no que tange aos três primeiros sentidos. Com isso, a partir dessas primeiras impressões referentes aos termos patriarca e patriarcalismo,

¹ Aqui a referência que faço alusão é no contexto de senso comum, posto pela sociedade como sendo o necessário para manter o entendimento e igualdade entre aquilo que se considera mediano.

notamos que tal filosofia afeta estrutural e hereditariamente as sociedades brasileira e latino-americana, desde a sua formação enquanto colônia, até a contemporaneidade.

O patriarcalismo, entre outras possibilidades de entendimento, impõe a instituição masculina (homem, branco e heterossexual) sobre os demais gêneros, criando e demarcando estruturas sociais e costumes, sejam eles estabelecidos por leis ou a partir de ações culturais assimiladas por um povo. Elódia Xavier (1998, s.n.) demonstra de forma substancial este conceito ao afirmar que:

O patriarca tinha sob seu poder a mulher, os filhos, os escravos e os vassalos, além do direito de vida e de morte sobre todos eles. A autoridade do patriarca sobre os filhos prevalecia até mesmo sobre a autoridade do Estado e duraria até a morte do patriarca, que poderia, inclusive, transformar seu filho em escravo e vendê-lo.

Diante do exposto, é possível entendermos que tamanha autoridade era e ainda é atribuída ao homem até hoje em nossa sociedade. Se de um lado é dado o direito de decidir sobre os demais, por outro, a balança se desequilibra, ou seja, alguém será dominado. Nesse sentido, o patriarcalismo é claramente uma ideologia imposta ao longo de séculos na sociedade e o estudo dela pode ocorrer em duas vertentes: a visão clássica, cujo termo é abordado como uma espécie de ciência capaz de organizar metodicamente e estudar rigorosamente o conjunto de ideias que formam a intelectualidade humana e a visão crítica, em que a ideologia é uma ilusão criada por uma classe para manter a aparente legitimidade de um sistema de dominação.

É indubitável que, ao longo da construção social, a ideologia foi e é usada para manter a dominância entre classes, algo corroborado por Terry Eagleton (1997, p. 15), ao destacar que:

A palavra “ideologia” é, por assim dizer, um texto, tecido com uma trama inteira de diferentes fios conceituais; é traçado por divergentes histórias, e mais importante, provavelmente, do que forçar estas linhagens a reunir-se em alguma Grande Teoria Global é determinar o que há de valioso em cada uma delas e o que pode ser descartado.

Pensando nisso, compreendemos que a ideologia e as práticas do patriarcado e do patriarcalismo revelam muito mais o interesse da parcela da sociedade detentora do poder político e econômico do que o modo de pensamento dos sujeitos dominados. Existe a falsa argumentação de que quem está no poder e o exerce sobre os demais o pratica sob a conformação a qual é o melhor a ser feito e, portanto, implementam as mais diferentes ações em nome daquilo que representa um conjunto de normas e crenças sociais motivadas não só por interesse da classe dominante mas, em muitos casos, até por quem é dominado por essa ideologia.

A sociedade contemporânea camufla o rigor do patriarcalismo sob a égide de um possível regime democrático, no qual todos tem voz e podem se fazer ouvir, porém, o que vivenciamos deslegitima essa falácia. A articulação patriarcal estruturada, ao longo dos anos, se aprimora de modo à sociedade não perceber o quão atuante esta ideologia é e, por diversas vezes, se mascara, tendo como pano de fundo condutas patriarcais veladas e ratificadas por praticantes e sofrendores de tal violência.

A violência, por sua vez, faz parte das práticas do patriarcalismo, como evidenciado e abordado anteriormente por Elódia Xavier. Seria ingenuidade pensar apenas em violência física (considerada o estopim oriundo de outros tipos de violência, como a psicológica, a social e a moral) sofrida cotidianamente por mulheres ao longo da história. Alia-se a isso, a inferiorização e o menosprezo que, em vários casos, podem ser tomados como motes iniciais das violências que assolam grande parte das mulheres, perpassam a opressão psicológica e culminam na agressão física, uma vez que a vulnerabilidade dessa mulher já é uma ferida social exposta e assimilada em si mesma, por conceitos e atitudes passadas por outras mulheres, sejam elas de sua linhagem familiar ou não.

A aceitação dessa condição é uma das principais armas que o patriarcalismo ainda usa em suas ações contra as mulheres. Ideologias de inferiorização de mulheres são impostas e assimiladas como naturais na sociedade e se tornam cruciais para que muitas mulheres aceitem imposições e, por vezes, se sintam gratas por terem alguém (homem) que possa fazer algo por elas. Após impregná-las de tal ideologia, o patriarca utiliza-se de outros artifícios para manter-se neste lugar de domínio, uma vez que a mulher dominada já “aceitou” tal condição.

É factível afirmar, também, que o último estágio do processo de imposição patriarcal é a morte, em específico, o feminicídio, em virtude de inúmeras outras formas de violência já terem sido cometidas contra a mulher que, por sua vez, busca transpor as violências anteriores. Porém, com ações violentas cada vez mais recorrentes e mais graves por parte dos homens, muitas vezes chega-se ao absurdo do feminicídio, como uma tragédia já anunciada.

No âmbito legal/penal brasileiro, Lei Nº 13.104, de 9 de março de 2015, o ato de matar uma mulher por razões da condição do sexo feminino se manifesta em duas situações: a primeira ocorre quando há “menosprezo ou discriminação à condição da mulher”; a segunda acontece no contexto de violência doméstica e familiar.

Sobre a relação entre violência contra a mulher e relações de poder Renzo Magno Nogueira (2015, p. 6), observa:

É claro que o uso de poder ou qualquer outro artifício para dominar e explorar a outrem, nada mais é que uma forma de violência. A violência contra a mulher começa quando esta se sujeita a este apenas por uma condição de sexo. A identidade feminina é construída muitas vezes sobre esta concepção. Quando alguma identidade diverge daquilo que é esperado pela sociedade, essa mulher será alvo de algum tipo de agressão ou de discriminação.

Ainda sobre esse aspecto, Marilena Chauí (1985) considera violência como toda e qualquer violação da liberdade e do direito de alguém ser sujeito constituinte de sua própria história. Liberdade aqui entendida como ausência de autonomia, pois, de acordo com Oliveira e Cavalcante (2007, p. 40), “A violência então seria toda e qualquer ação que torna alguém desprovido de autonomia ou causa a sua violação, estabelecendo assim uma ‘condição geral de subordinação’”.

As atitudes de violência impostas pelo sistema patriarcal e ratificadas pela sociedade ocasionam inúmeras formas de silêncio que, ao contrário do que apresenta o senso comum, que o vê enquanto elemento nulo e esvaziado de sentido, é parte de um sistema de comunicação com ampla e complexa significação. Por exemplo, ao falar em oralidade, linguagem, sociedade, ideologia, entre outros aspectos, é fundamental fazer referência ao silêncio, como observa Ferreira (2018, p.17), ao destacar que é

imprescindível ponderar sobre a correspondência estabelecida entre linguagem e sociedade, sobre a ideologia que nela encontra-se presente e sobre o fato de a palavra – consequentemente o silêncio também – ganhar sentido nos espaços socialmente organizados pelos sujeitos.

Sendo assim, o silêncio corresponde à resposta necessária para a manutenção do patriarcalismo na sociedade. Sem ele não seria possível manter o poderio imposto pelos patriarcas sobre os demais sujeitos e, assim, construir, instaurar e ratificar o processo de dominação de um indivíduo sobre o outro.

Na linguagem do silêncio ecoam gritos, palavras e sentimentos que jamais serão verbalizados, mas que estão repletos de sentidos. O silêncio do patriarca, por exemplo, impõe ordens, constrói rotinas e estrutura comportamentos; do outro lado, no indivíduo marcado por essas questões, ficam engavetados gritos de socorro repletos de violências e violações.

Tudo que nos é imposto é apoiado em construções sociais estruturadas ao longo da evolução humana e social que possibilitaram a verbalização e também o silenciamento daquilo que nos afeta, cada qual em sua proporção, baseado no conhecimento de mundo e nas experiências de vida de cada ser humano. A arquitetura das relações sociais permite a criação de múltiplos processos de silenciamento e isso é posto de acordo com a conveniência, como no patriarcalismo. Nesse sentido, Ferreira (2018, p.17) destaca:

Decorre, então, que a palavra – e aos poucos vou refletindo que também o silêncio, pois um depende do outro para a formação dos sentidos – vai se revelando parte integrante de uma dada realidade, que reflete e refrata outras em virtude dos diálogos estabelecidos.

Com isso, fica evidenciado que o silêncio, em forma de silenciamento, se torna, muitas vezes, a única ferramenta que dispõe quem sofre qualquer tipo de agressão. A falta de conhecimento das alternativas possíveis para dar voz aos sentimentos e a vergonha que a vítima tem em virtude da violência sofrida fazem com que a única saída seja calar-se. Logo, o silêncio quebra a dignidade humana das vítimas e coloca em xeque o caráter de cúmplices. Em ambos os casos, as pessoas vão sendo torturadas, repetindo o início do processo de violência, a saber, a violência psicológica. O silêncio, então, pode até ser usado como meio de evitar confrontos desnecessários, mas jamais deve ser usado como bálsamos para aplacar atrocidades cometidas por sistemas sociais arcaicos que ainda se estabelecem em meio à sociedade.

O uso indiscriminado do silêncio gera problemas que jamais poderão ser solucionados na sua integralidade e quem foi silenciado, seja por imposição ou opção pessoal, enche-se de palavras não ditas que as acomodam em sua consciência até não haver mais espaço e o silêncio se rompe. Portanto, onde há linguagem, há silêncio e o mesmo pode ser

interpretado de diferentes modos como destacado em outro momento dos estudos de Ferreira (2018, p. 53 e 54):

Nesse âmbito, o silêncio (re)cria e (des)constrói discursos, já que arqueologicamente se estabelece enquanto um entre vários formadores da essência do ser

[...]

Com isso, há silêncios na dúvida, na solidão, na angústia, na introspecção, na origem e no fim das coisas, no excesso, no olhar, na repressão...

Como observado até então, busquei perpassar pontos relativos ao patriarcalismo, à violência contra a mulher e ao silêncio advindo de tais questões. Findo algumas abordagens teóricas que perfazem e constrói o patriarcalismo em sua mais pura essência para que possamos compreender o quanto isso afeta a sociedade ao longo dos anos e principalmente a mulher. Para tanto, tais elementos serão subsídios teóricos imprescindíveis para a análise do conto “Telhado quebrado com gente morando dentro”, de Jarid Arraes.

TANTOS TELHADOS QUEBRADOS POR AÍ...

No conto “Telhado quebrado com gente morando dentro”, observamos uma relação de cumplicidade entre duas irmãs do semiárido nordestino, a narradora e Juliana, sua irmã. Neste conto, não temos a informação de qual é o nome da narradora-personagem, porém, o vínculo entre as duas é muito forte e perceptível desde os primeiros momentos do texto. A narradora relata ter por Juliana uma verdadeira adoração, pois via nela um exemplo de “menina”², força, controle sobre situações adversas e cuidado para com os outros.

Juliana tinha apenas 14 anos, ou seja, legalmente ainda era considerada uma adolescente, de acordo com o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069, de 1990). Porém, em decorrência das implicâncias que a sociedade impõe ao sexo feminino, já exercia alguns papéis atribuídos à mulher, como o ato de cuidar da casa, como evidenciado no trecho que se segue: “Enquanto ela varria e aguava o chão sem cimento, para não subir poeira, eu lavava os pratos no tanque que ficava no quintal.” (ARRAES, 2019, p. 39), em que fica clara a naturalidade com que a narradora e sua irmã se colocam nos afazeres domésticos. Não que isso seja algum problema, buscamos apenas ressaltar o quanto isso ainda está incutido em nossos comportamentos sociais ao ponto de não conseguirmos perceber.

Como podemos observar, socialmente as mulheres ocupam lugares de subordinação a partir de alguns papéis socialmente estabelecidos, como afirma Claude Dubar (2009, p. 77):

A subordinação generalizada das mulheres a um homem (o pai, o marido, os anciãos, os padres, etc.) é detectável. [...] a diferenciação dos sexos que justifica a divisão sexuada do trabalho afasta as mulheres da esfera do poder e as constitui em grupo distinto ligado a esfera doméstica. Uma vez que essa operação parece a todos, inclusive as próprias mulheres, natural...

² Aqui se faz necessária uma inferência para a utilização, entre aspas, da palavra menina. O uso dela remete a uma obrigação que outrora deve ser necessariamente outorgada a todas as meninas da sociedade. Esta referência fica clara no trecho: “Fazia o tipo mãe de todas.” (ARRAES, 2019, p. 39).

O conto, assim como todas as outras narrativas da coletânea, é ambientado no interior do sertão nordestino, onde a pobreza é algo tangível, reforçando ainda mais quais são os lugares de cada indivíduo dentro da sociedade e, sobretudo a mulher, que por anos a fio é tida como cuidadora, impossibilitada de pensar por si só, tendo como única função o cuidado da família e da casa. Por outro lado, o homem é visto como provedor e único com direito a qualquer tipo de opinião ou voz ativa, salientando, ainda, que os mesmos têm, por vezes, suas posturas validadas por outras mulheres, culminando no tão debatido e latente machismo.

No decorrer da narrativa é notório que há um interesse sentimental por parte de Juliana em Túlio, filho do marceneiro, e de sua irmã por Gegê, amigo de Túlio. A narradora, por sua vez, embora mais nova que Juliana, evolui no seu interesse por Gegê até conseguir o primeiro beijo. Juliana, por outro lado, faz festa pela conquista da irmã, afinal as duas compartilhavam seus desejos e anseios e vibravam pela conquista uma da outra, inclusive no que tange à questão sentimental.

Como a narradora já havia logrado sucesso na sua busca por ter um relacionamento com Gegê, se viu obrigada a conseguir o mesmo para sua irmã, com relação a Túlio. Como estratégia, ela se aproxima do rapaz com um único propósito, o de despertar, ou pelo menos tentar, o interesse dele por aquela que seria, na sua opinião “A mais velha da rua, a mais bonita, a que dispensava até os meninos de outras ruas e bairros. Ela gostava dele e só dele. Por que ele não estava convencido?”. (ARRAES, 2019, p. 41). Questão importante a se destacar é o precoce desenvolvimento corporal de Juliana, que colocava em xeque o entendimento das pessoas, pois as mesmas o diretamente ao seu desenvolvimento sentimental e psíquico, fato que logo de esvai no entendimento da narradora.

Aqui, abrimos espaço para levantar alguns questionamentos que perpassam a atitude das duas irmãs: Por que Juliana não falava para Túlio sobre seus sentimentos? Por que o silêncio da narradora em nada dizer, não só para Túlio, mas para sua irmã, que estava na busca de realizar um desejo de Juliana? Por que não dizia nada para Juliana sobre as investidas que ela realizava? Perguntas que nos levam a perceber um sentimento de incompletude de ambas as partes, pois, por um lado, Juliana não conseguia falar de seus sentimentos a Túlio e, por outro, a narradora não percebia que as tentativas em nome da irmã não seriam a melhor atitude para ajudá-la. Decorre, então, um silêncio dúbio que perpassará toda a narrativa em razão das duas não estabelecerem um diálogo, ocasionando algumas consequências que marcarão suas vidas.

Durante este processo, uma ação de Túlio deixou a narradora sem expressão. Em um de seus encontros para tentar aproximá-lo da irmã, a narradora pergunta “Por que ele não estava convencido?” (ARRAES, 2019, p. 41) depois de tantos atributos que ela falava de Juliana. Ele, sem resposta alguma, em silêncio, tira a pênis e o mostra para a narradora que destaca, subitamente:

Olhei rápido, mas fiquei congelada. Nunca tinha visto um pinto, só nos livros de escola e mesmo assim eram desenhados, não eram fotos. Essa era a primeira vez, era o Túlio, de repente era errado, tudo errado, eu me sentia mal. Eu mantive segredo. (ARRAES, 2019, p. 41).

Em uma sociedade machista, na qual os homens são, desde sempre, ensinados a objetificar a mulher, este comportamento não poderia ser diferente, levando em consideração todos os fatores que o envolvia, embora nenhum deles sejam suficientes para justificar tal ato.

É possível inferir que Túlio, com 16 anos, tinha mais maturidade que Juliana, 14 anos, e mais ainda que a narradora, mais nova, porém sem idade revelada no conto. Podemos levantar, então, uma tese sobre o silêncio de Túlio, pois fica nítido que seu interesse, naquele momento, recai sobre a narradora, se configurando em aspiração sexual. Mais uma vez temos a participação do silêncio como uma resposta à indagação da narradora e de outro lado o silêncio dela em não externar a sua indignação com tal acontecimento. Como abordado por Ferreira (2018, p .54):

[...] há inúmeras possibilidades de entender os silêncios, que podem ser longos ou curtos [...] variam tanto em qualidade quanto em quantidade [...] naturais ou culturais [...] voluntários ou forçados [...] espontâneos os estratégicos [...] cálidos ou frios [...] normais ou patológicos.

A partir do ocorrido, a narradora espantosamente toma como entendimento que Túlio agiu daquela forma com o objetivo de afastá-la dele; quando na verdade o intuito era completamente outro, já que todos diziam que Túlio queria ficar com todas. Em posse dessa informação, por que seu entendimento seria diferente diante de uma situação tão escancarada como essa por parte de Túlio? Pois, mesmo após o ocorrido, ela permanecia insistente na busca de tentar unir Túlio e Juliana, chegando ao ponto o qual Juliana se incomoda e o silêncio é quebrado, quando lemos: “Então Juliana explodiu.” (ARRAES, 2019, p. 42).

A narrativa não deixa claro o que ocorreu, mas podemos inferir alguns possíveis entendimentos acerca do ocorrido entre a narradora e Juliana:

Túlio não queria nada com ela porque eu estava me oferecendo. O que ela não entendia era como Túlio podia preferir uma piveta magra e raquítica, sem peito, sem bunda, que nem maquiagem usava, em vez dela. Ela, Juliana. Sim, minha irmã. Eu também achava. Eu queria até dizer. Era ridículo pensar ao contrário, mas eu não tinha voz. E se fosse verdade? (ARRAES, 2019, p. 42).

A pressuposição contida no trecho acima denota que, possivelmente, as duas estavam discutindo sobre as atitudes da narradora que, para Juliana, estavam influenciando a sua perda no processo de conquista de Túlio, mesmo não sabendo o que Túlio havia feito à sua irmã. O tom aparentemente agressivo de Juliana fez calar a narradora, diante de uma situação a qual, mais uma vez, o silêncio foi utilizado como forma de comunicação, seja por concordância, discordância ou pura repressão da possibilidade de comunicação entre ambas.

Outro momento do conto deixa claro tal silêncio: “Não posso dizer que brigamos, porque eu fiquei o tempo todo calada. Deixei que minha irmã me xingasse o fizesse de mim o pano que ela usava para molhar a terra do chão da nossa casa.” (ARRAES, 2019, p. 42). O silêncio declarado revela a deficiência que existia na comunicação entre as duas: de um lado Juliana com seu amor platônico não externado para Túlio; de outro a narradora na ânsia de tentar fazer vir à tona e tornar público tal sentimento, desencadeando atitudes reprovadas

por Juliana e que ficam nas entrelinhas de seus diálogos. Cada qual com sua verdade, sobrando apenas o silêncio de ambas para ratificar ou não seus pontos de vista. Com isso, podemos perceber que o silêncio passa a fazer parte de momentos de violência entre as duas, não físicas, mas verbais por parte de Juliana contra a narradora.

O silêncio estabelecido entre as duas, definindo um obstáculo de comunicação, foi o estopim para desencadear uma série de acontecimentos que nos surpreende com a profundidade do tema tratado, mas que deixa escapar, por meio de palavras não ditas, os sentimentos guardados pelos personagens, se pautando somente na crítica social, outro elemento importante que norteia o conto.

Por causa da barreira silenciosa imposta por Juliana com sua irmã, a distância estabelecida e o desprezo entre elas ficam salientados no trecho: “No outro dia, acordei com febre. Vomitei o tempo inteiro e cuidei de mim mesma, porque Juliana me ignorou e nossa mãe teve que trabalhar de qualquer jeito.” (ARRAES, 2019, p. 42). Muitas vezes, o não dito causa feridas que jamais poderão cicatrizar em uma pessoa e, como impulso natural, atitudes são tomadas a fim de atenuar a lacuna deixada pelo silêncio, por aquilo que deveria ser dito e não foi. A atitude de Juliana foi pautada nas condutas de sua irmã e vale enfatizar que sua atitude decorreu de algo não dito por ela, passando pelo crivo apenas de suas percepções diante dos fatos.

Dias se passam e a narradora melhora seu estado anterior e vai passar uns dias na casa de sua avó. O embaraço silencioso erguido entre elas vai crescendo dia após dia, cada uma colocando nele seus tijolos sob o prisma de sua própria leitura dos fatos ocorridos, o que vai se tornando um julgo pesado para ambas e transpor este muro pode ser quase impossível.

Poucos dias depois, a narradora é surpreendida com a notícia de que Juliana estava muito mal porque seu pai havia tentado abusá-la sexualmente, aproveitando-se de que ela estava sozinha, ultrapassando limites. Para a narradora, pensar em algo do tipo já lhe soava estranho, aliás, era mais horrível do que ela poderia imaginar. E, mais uma, percebe-se incapaz de dizer algo ou tomar alguma atitude e isso lhe sobreveio sobre o corpo, fazendo-a novamente vomitar – ato que pode ser considerado uma explosão de consciência involuntária, levando-a a expurgar todo o nojo que sentia pela situação ocorrida.

A violência sexual contra a mulher é uma constante no Brasil. Muitas vezes não denunciada, outras com a sociedade culpabilizando as próprias vítimas, a partir de um discurso patriarcal, machista e estruturalmente arcaico. De acordo com Teles e Melo (2017, n. p.) “A sociedade põe a culpa nas próprias vítimas [...] Tanto que se reconhece com mais facilidade o estupro cometido por desconhecidos do que aquele praticado pelo próprio marido da vítima.”. No caso do conto em análise, estendemos esse dado para outros membros da própria família, como o pai da vítima, configurando um incesto que, de acordo com Saffioti (2004, p. 19):

[...] o abuso sexual, sobretudo incestuoso, deixa feridas na alma, que sangram, no início sem cessar, e, posteriormente, sempre que uma situação ou um fato lembre o abuso sofrido. [...] Feridas do corpo podem ser tratadas com êxito num grande número de casos. Feridas da alma podem, igualmente, ser tratadas. Todavia, as probabilidades de sucesso, em termos

de cura, são muito reduzidas e, em grande parte dos casos, não se obtém nenhum caso.

Com base em dados estatísticos sobre tal questão, Olga (2014, n. p.) destaca:

O ministério da saúde apontou que, entre 2009 e 2010, houve 75.633 notificações de violência doméstica e sexual contra mulheres. A maioria das agressões aconteceu dentro de casa, 57%, contra apenas 13% na via pública. Do total 48% das agressões foram resultado do uso da força e de espancamento.

A tentativa de abuso sexual causa marcas irreversíveis nas duas irmãs e, desse momento em diante, a narradora começa a questionar tantos outros silêncios que permeiam a relação delas. Embora tenha pensado e chegado à algumas conclusões, o mesmo silêncio que a levou a esta reflexão ainda estava embutido em si, como forma de talvez aliviar a sensação de culpa que ela carregava por não ter tomado nenhuma posição no momento em que se exigia uma atitude. O ato de calar-se diante de fatos tão relevantes poderia ter desencadeado vários outros pontos que representam bases muito bem estruturadas e sólidas, cuja possibilidade de abalá-las mexeria com o alicerce de todos à sua volta e talvez, ainda assim, não seria suficiente pra mudar o que já havia sido posto.

O que aconteceu com Juliana mexeu com toda a família, sua mãe expulsou o marido de casa, mas pouco tempo depois o aceitou de volta, evidenciando a fragilidade da mulher na sociedade e sua subserviência ao homem. Embora o conto não relate, pode-se fazer alusão de que mais uma vez a estrutura patriarcal foi reestabelecida, seja pela mulher, que se julga incapaz de conduzir sua vida social sem o homem, ou até mesmo pelas possíveis alegações masculinas, culpando a vítima e, mais uma vez, se colocando como provedor de uma família pela qual se faz o dominador. Assim, a definição apresentada por Elódia Xavier (1998, s.n) é, mais uma vez, de suma importância, pois aponta de forma clara este comportamento repetido por várias gerações:

O patriarca tinha sob seu poder a mulher, os filhos, os escravos e os vassallos, além do direito de vida e de morte sobre todos eles. A autoridade do patriarca sobre os filhos prevalecia até mesmo sobre a autoridade do Estado e duraria até a morte do patriarca, que poderia, inclusive, transformar seu filho em escravo e vendê-lo.

A vizinhança logo soube do ocorrido, as amigas se afastaram e as inimigas atacaram como era de se prever: “pelo menos meu pai não é estuprador” (ARRAES, 2019, p. 43), disse uma garota para Juliana que, neste momento, outra vez foi silenciada por tal comentário, como se ali se estabelecesse uma verdade. Da maneira que costumeiramente ocorre na sociedade, aos olhos de muitos seria culpa da própria Juliana.

Desde que nascemos, somos “doutrinados” a pensar que temos domínio sobre nosso próprio destino, que somos os únicos capazes de decidir sobre a felicidade e a infelicidade, o fracasso e o sucesso. Sendo assim, diante de um senso comum imposto pela sociedade, a vítima passa a sempre ter culpa, principalmente mulheres no que tange a crimes sexuais cometidos contra elas, partindo do pressuposto de que somos donos do nosso próprio

destino, como dito anteriormente. Paradoxal, não é? Se somos donos de nosso próprio destino e nos acontece algo que é contra nossa vontade, como o relatado no conto, por que não seríamos vítimas? Juntemos a isso a vergonha de expor algo tão íntimo, geralmente a outro homem, caso seja feita alguma denúncia. Pois, inegavelmente, os homens ainda são maioria nas delegacias e órgãos afins.

Esse senso comum, que nos foi repassado ao longo de gerações, tem apoio de outras mulheres que, por vezes, não se sensibilizam com o ocorrido, indo na contramão do óbvio. Seria cômico se não fosse trágico, pois a vítima já sofreu um dano psicológico devido ao ato e ainda é exposta aos comentários de familiares e da sociedade, algo evidenciado no trecho: “Foi pior quando ouvi minhas tias comentando detalhes.” (ARRAES, 2019, p. 43). No conto fica clara a inversão de valores. Não houve uma tentativa contra Juliana porque ela estava em casa apenas com seu pai, mas sim porque em sua casa havia um estuprador. Relativizar o problema não traz nenhum benefício social ou psicológico para a vítima que, mais uma vez, é obrigada a se calar por conta da inversão de valores e de culpabilidade imposta sobre ela.

Essa narrativa é, em sua essência, um grito por vezes silenciado repleto de vozes e sentidos. Ler este conto e não exercer a alteridade que nos cabe é, sobretudo, não ser humano e não enxergar o próximo como semelhante. Diante disso, como forma de crítica a um discurso recorrente na sociedade patriarcal, o religioso, mas pouco seguido por aqueles que o pregam, recorro a uma intertextualidade bíblica a partir do capítulo 22, versículo 39, do Livro de Mateus (2003, p. 1744): “Amarás o teu próximo como a ti mesmo.”. Ou seja, a mesma sociedade que se diz essencialmente cristã, é a mesma que profere discursos de ódio contraditórios à fé que dizem professar, indo contra um dos preceitos básicos de sua própria religião. Logo, em uma sociedade, como a brasileira, pautada em preceitos religiosos e fundamentada em saberes cristãos, seria minimamente incoerente não exercer a alteridade.

Atitudes como as narradas no conto não podem ser relativizadas por ninguém da sociedade, pois tal comportamento de assédio e estupro é inaceitável. Nesse ínterim, não vislumbramos título mais contundente e oportuno para tratar de um tema tão delicado. Assim como existem várias “casas com telhado quebrado e com pessoas habitando”, existem também pessoas que tiveram seus telhados psicológicos quebrados e sua dignidade posta à prova. Neste caso, fica evidente que a dignidade de Juliana foi colocada em xeque.

Não podemos deixar de salientar que isso, em grande parte, teve contribuição da narradora que se calou em diversos momentos em relação a vários atos ocorridos. A sucessão de silêncios, como já abarcada, cria um bloqueio concreto e, por mais que a narradora pensasse que a solução do conflito poderia ser sua morte, ela se esquece de que nem mesmo isso poderia apagar o que já havia acontecido entre elas. Cada qual com suas verdades e experiências que não se sobrepõem uma à outra, pelo contrário, deveriam se completar. O que se percebe é que uma verdade guardada pode ser o prelúdio para um silêncio que ecoará anos a fio e que somente a morte poderá aplacá-lo.

Juliana encontra, nesse silêncio, a força necessária para se refazer, não inteiramente, mas de forma incompleta; assim como um telhado quebrado apenas remendado, deixando exposto o buraco que um dia estava aberto e que a qualquer momento pode reabrir pelos mais diversos motivos. Assim é a alma e o psicológico de Juliana. Ali ainda há um ser humano marcado por cicatrizes que jamais desaparecerão e que a qualquer momento poderão ser

reabertas. Portanto, Juliana vive o seu telhado quebrado sem a perspectiva de reparação, mas sob a ótica da compreensão e tendo como único amigo, o silêncio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito desta análise foi, sobretudo, refletir e questionar alguns sistemas sociais que nos cercam, sobretudo o patriarcalismo. A possibilidade de entendimento das relações interpessoais, estruturadas ao longo de séculos por essa ordenação social, suscitando condutas marcadamente guiadas pela violência e por silêncios, delimitou nosso percurso crítico a partir do conto “Telhado quebrado com gente morando dentro”, da coletânea, *Redemoinho em dia quente*, de Jarid Arraes, principalmente no que tange ao silêncio e silenciamento que determina muito da relação entre a narradora e sua irmã, Juliana.

Percebemos que, ao longo da história humana, o silêncio se tornou peça fundadora da comunicação e elemento crucial a qualquer tipo de linguagem, propulsor da essência dos sujeitos. Se não houvesse o silêncio, não haveria linguagem. Ademais, entendemos que o silêncio pode ser acalentador, mas, também, pode ser arma que, uma vez usada, causa estragos irreversíveis, como observado no conto em questão, a partir do qual foi possível averiguar o silêncio que marca e fere os personagens, em virtude dos sentidos que suscita, em vários momentos da narrativa, a partir das condutas de violência engendradas pelo patriarcalismo. Assim, o assimilamos enquanto prelúdio de uma série de acontecimentos, por carregar significados que dependem muito mais da análise e percepção do outro, se comparado com quem foi silenciado.

REFERÊNCIAS

ARRAES, J. *Redemoinho em dia quente*. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2019.

BÍBLIA, A. Juízes e Mateus. In: **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2003.

CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. In: *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

DUBAR, Claude. *A crise das identidades: a interpretação de uma mutação*. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

EAGLETON, Terry. *Ideologia: Uma introdução*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113104.htm. Acesso em: 13/07/2020.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 13/07/2020.

NOGUEIRA, Renzo Magno. A evolução da sociedade patriarcal e sua influência sobre a identidade feminina e a violência de gênero. *Revista Jus Navigandi*, ISSN1518-4862, Teresina,

ano 23, n. 5377, 22 mar. 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/48718>. Acesso em: 29 jun. 2020.

OLGA, Think. *Meu corpo não é sex*: desvendando a violência contra a mulher. São Paulo: Companhia das letras, 2014. E-book.

OLIVEIRA, Anna Paula Garcia e CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. *Violência doméstica na perspectiva de gênero e políticas públicas*. Revista Brasileira Crescimento e Desenvolvimento Humano. 17(1), 2007. 39-51.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

TELES, Maria Amélia de Almeida e MELO, Mônica. *O que é Violência contra a Mulher*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2017. E-book.

XAVIER, Elódia. *Declínio do patriarcado: a família no imaginário feminino*. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1998.

Submetido em julho de 2020
Aprovado em outubro de 2020

Informações do(a)s autor(a)(es)

Duilio Fernandes Vieira

Graduando do Curso de Relações Internacionais da ESAMC – Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação de Uberlândia – MG.

E-mail: duilio.fernandesv@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2868-3363>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5827070107279436>